



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anti-corupção - Transparência - Integridade

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE NO SECTOR PÚBLICO

Finanças Públicas



01 de Dezembro de 2024 | Edição nº 10 | Distribuição Gratuita | www.cipmoz.org

- Crise Pós-Eleitoral

A PERSISTÊNCIA DOS PROTESTOS POPULARES CONTRA OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES GERAIS PODE ELEVAR O RISCO DE CRÉDITO SOBERANO DE MOÇAMBIQUE

Por: Gift Essinalo e Teresa Boene*

1. Introdução

Moçambique enfrenta uma crise pós-eleitoral que já dura há mais de um mês, desde a divulgação dos resultados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), no dia 24 de Outubro de 2024, dando uma vitória fraudulenta ao partido Frelimo e ao seu candidato Daniel Chapo. Esses resultados geraram uma onda de contestação, manifestada em protestos populares que têm impactado directamente a economia, diminuindo o volume de negócios devido a restrição do movimento de pessoas e bens impactado directamente no comércio, logística e turismo de forma severa.

As manifestações podem provocar retrocessos em diversas áreas, incluindo no rating de crédito soberano¹. A mais recente classificação da agência Standard & Poor's (S&P), de 18 de Outubro de 2024, atribuiu ao país um rating altamente especulativo, mantendo o crédito externo em CCC+ e rebaixando o crédito interno para CCC. Esse ajuste no rating de crédito interno reflecte a persistência de restrições de liquidez, em um contexto de alto endividamento interno e acumulação de atrasos nos pagamentos a fornecedores e empreiteiros.²

A persistência das manifestações agrava a percepção de risco de crédito soberano³. A queda no volume de negócios e o aumento da insegurança comprometem as metas de arrecadação de receitas fiscais e reduzem a atractividade do Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Igualmente, provocam a fuga de capitais, principalmente das elites políticas e económicas amedrontadas, e o desinvestimento temporário por parte de empresas locais. Além disso, as manifestações podem aumentar a pressão as contas fiscais devido à elevação das despesas públicas, tanto para cobrir os custos com a segurança, reposição de infra-estruturas destruídas, como também para a assistência social a famílias vulneráveis.

1 O rating de crédito soberano é uma notação ou classificação que revela a capacidade de um país cumprir com as suas obrigações financeiras junto de credores, impactando directamente os custos de financiamento e a confiança dos investidores. Um bom rating atrai investimentos estrangeiros, reduz custos de empréstimos e reforça a estabilidade da moeda, enquanto um rating baixo aumenta os juros, pressiona a inflação e reduz a credibilidade económica. Além disso, influencia o sector privado e as condições de vida dos cidadãos, já que altos custos de financiamento público podem levar a impostos elevados e cortes em serviços. Assim, manter um rating positivo é crucial para promover crescimento económico e estabilidade fiscal.

2 Jornal Semanário Económico (2024). Disponível em <<https://www.oeconomico.com/sp-global-reduz-a-classificacao-de-mocambique-para-ccc-dev-do-a-pessoes-de-liquidez-interna/>>. Consultado aos 12.11.2024.

3 Para os fins desta pesquisa, entende-se por risco de crédito soberano a probabilidade de um governo (ou país) não conseguir cumprir com as suas obrigações financeiras, incluindo o pagamento da sua dívida externa ou interna. Esse risco representa a possibilidade de inadimplência por parte do país, seja em relação aos juros seja ao valor principal da dívida emitida para investidores, tanto estrangeiros quanto domésticos. Agências como Moody's, Standard & Poor's e Fitch avaliam esse risco e atribuem uma nota (ou rating). Quanto menor o rating, maior o risco percebido. O aumento do risco de crédito pode resultar em taxas de juros mais elevadas para novos empréstimos ou até mesmo na retracção dos credores, limitando as opções do governo para mobilizar recursos necessários ao financiamento de suas despesas.

Em caso de dúvidas e mais informações contacte: gift.essinalo@cipmoz.org e teresa.boene@cipmoz.org

Desse modo, o prolongamento da crise pós-eleitoral poderá resultar em um aumento do *déficit* orçamental e, conseqüentemente, na necessidade crescente de financiamento. Num contexto de degradação da confiança dos credores externos, essa situação pode intensificar ainda mais o endividamento público interno, que já se encontra a níveis insustentáveis.

Este texto examina o risco de degradação do rating de crédito soberano em Moçambique, impulsionado pela intensificação dos protestos populares decorrentes da contestação dos resultados eleitorais. A presente análise baseia-se nos factores utilizados pelas agências de rating, como o Standard & Poor's, na avaliação do rating de crédito soberano.

2. Risco de Crédito Soberano

Moçambique corre o risco de um downgrade no rating de crédito soberano devido ao aumento da percepção de risco por parte de investidores, credores e outros stakeholders, como consequência das manifestações desencadeadas pelos protestos populares contra a fraude eleitoral.

O rating de crédito soberano, atribuído por agências como Fitch, Moody's e S&P, reflecte a capacidade e a probabilidade de um governo honrar as suas obrigações de dívida comercial soberana dentro dos prazos e condições estabelecidos. Essas agências consideram que um governo está em situação de incumprimento quando não realiza de forma integral o pagamento de amortização do capital e de juros de uma dívida ou instrumento específico no período e nos termos acordados. Isto inclui situações em que há uma renegociação ou uma reestruturação coerciva ou involuntária da dívida ou do instrumento financeiro para condições menos vantajosas para os credores, quer devido a alteração do prazo de vencimento, da taxa de cupão ou de juro, quer, ainda, da alteração da moeda de pagamento.

A análise de rating de crédito soberano geralmente considera os seguintes factores-chave, a saber: a efectividade institucional (avaliação institucional), a estrutura e perspectiva de crescimento económico (avaliação económica), a liquidez externa e posição de investimento internacional (avaliação externa), flexibilidade orçamental e desempenho fiscal, combinados com o peso da dívida e o passivo contingente (avaliação fiscal) e a flexibilidade monetária (avaliação monetária).

1. **Avaliação institucional** – Este é um indicador qualitativo que avalia a capacidade das instituições e políticas governamentais de assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, promover um crescimento económico equilibrado e responder adequadamente a choques económicos e políticos. O indicador também mede o risco de eventos políticos, como guerras, revoluções, agitações civis ou mudanças de regime fora do contexto constitucional, que possam comprometer a sustentabilidade das finanças públicas. Além disso, considera aspectos como o respeito pelo estado de direito, o nível de interferência política nas instituições, o grau de democratização, a concentração de poder nos processos decisórios, a clareza dos mecanismos de sucessão de liderança, a independência do poder judicial, a liberdade de imprensa, o desenvolvimento humano, o consenso político entre partidos e os resultados de situações de tensão anteriores.
2. **Avaliação (perspectiva) económica** – avalia a prosperidade económica, a diversidade, resiliência e desigualdade económica, além da tendência de crescimento do PIB per capita previsto.
3. **Avaliação fiscal** – analisa o desempenho das receitas e das despesas, o saldo orçamentário, as obrigações da dívida, os encargos de juros, passivos extra-orçamentais e passivos contingentes.
4. **Avaliação monetária** – medida pelo comportamento da inflação básica, este indicador reflecte a sustentabilidade das políticas monetária e cambial.
5. **Avaliação externa** – avalia a capacidade da economia (incluindo Governo, Banco Central, bancos comerciais e sector privado) de responder a responsabilidades financeiras externas. A dimensão da dívida externa pública e privada, especialmente de curto prazo, é um factor crítico de estabilidade externa.

3. Análise dos Factores que Poderão afectar o rating de Crédito Soberano de Moçambique

Embora todos os factores de rating possam ser afectados pela actual onda de protestos populares, nesta secção destacamos os aspectos que os autores consideram ser os que serão visivelmente mais impactados. Este elemento tem que ver com a (i) estabilidade política – ligada a componente institucional; (ii) perspectivas económicas – ligadas a avaliação económica e; (iii) a flexibilidade da política fiscal – ligada à avaliação fiscal.

3.1 Avaliação Institucional

A estabilidade política e social, que geralmente está ligada ao papel das instituições, é um dos principais determinantes do rating de crédito soberano. Interfere directamente na capacidade de um governo manter um ambiente seguro e previsível para a condução das suas políticas económicas e para a atracção de investimentos.

No caso actual de Moçambique, a persistência dos protestos populares e o aumento da violência, associada às disputas pós-eleitorais, têm minado a confiança tanto do sector interno quanto do externo na governabilidade do país. A insegurança gerada por esses protestos pode afectar a imagem internacional de Moçambique, reduzindo a confiança de investidores estrangeiros e aumentando os custos associados ao risco de investimento no país. A continuidade destes protestos também pode levar a uma maior instabilidade social, com a possibilidade de escalada para conflitos mais graves.

Assim, percepção de instabilidade política e social pode levar as agências de rating a rever para baixo o rating de crédito soberano do país pois a instabilidade impacta directamente a capacidade do governo de implementar políticas fiscais e monetárias eficazes, além de elevar a pressão sobre o governo para obter financiamento a taxas de juros mais altas.

A longo prazo, uma degradação na estabilidade política pode consolidar uma imagem de instabilidade crónica, tornando difícil para o país recuperar a confiança internacional, mesmo após a resolução da crise.

3.2 Avaliação (perspectiva) Económica

A crise pós-eleitoral em Moçambique agrava um cenário económico já marcado pelo aumento dos níveis de pobreza e pela baixa resiliência económica.

Nos últimos anos, o país tem enfrentado desafios significativos para promover um crescimento inclusivo. Com mais de 18.6 milhões de habitantes vivendo abaixo da linha de pobreza⁴, situação que se agravou em função da pandemia de COVID-19 e de dificuldades económicas internas, a actual crise torna o país ainda mais vulnerável a choques interno e externos.

A diminuição do fluxo comercial, o enfraquecimento do turismo e o encerramento de negócios devido ao aumento de violência têm impacto directo na renda das famílias e no emprego, afectando principalmente as populações de baixa renda e ampliando a desigualdade social. A redução do poder de compra e a dificuldade de acesso a empregos formais não só aumentam os níveis de pobreza, como também colocam pressão adicional sobre a necessidade de aumento das despesas em programas de assistência social.

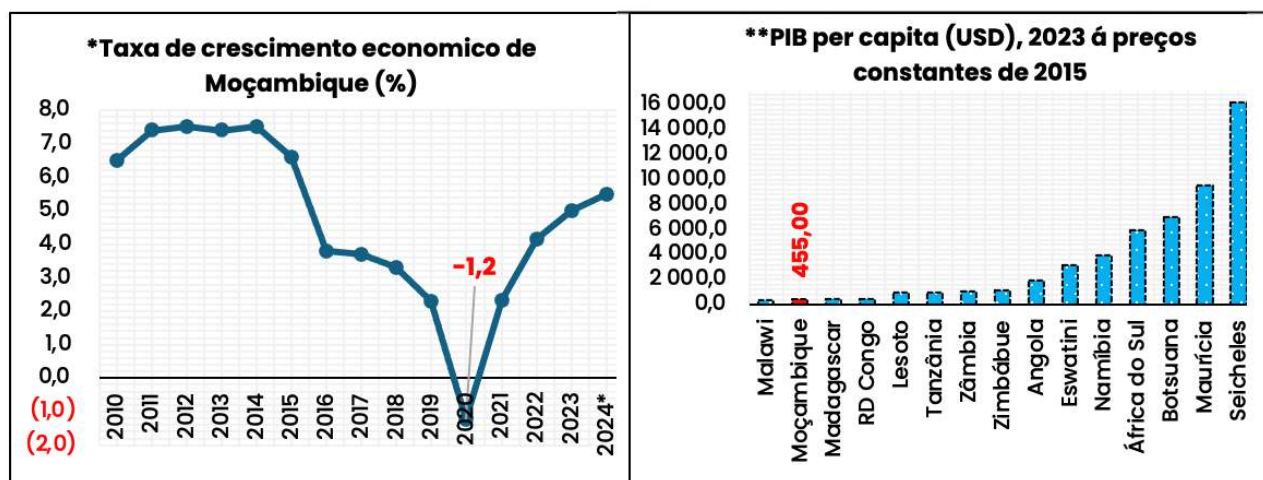
O agravamento dos índices de pobreza e a baixa diversificação das fontes de crescimento económico limitam a capacidade do país para sustentar um crescimento estável e comprometem as suas perspectivas a longo prazo. Esse cenário preocupa as agências de rating, que consideram o potencial de crescimento económico e a sua sustentabilidade ao longo do tempo como um dos indicadores cruciais na avaliação do crédito soberano. Se a instabilidade actual se prolongar, é provável que o impacto negativo sobre as perspectivas económicas do país seja ainda mais acentuado, dificultando a retoma do crescimento e reforçando a percepção de risco de crédito.

O gráfico 1, abaixo, apresenta a evolução do crescimento económico e do PIB per capita desde 2010. Nota-se que o período anterior à revelação das dívidas ocultas é caracterizado por elevadas taxas de crescimento económico, superiores a 6%. Com a descoberta das dívidas ocultas, em 2013/2014, o país passou a enfrentar uma queda acentuada no crescimento económico, que atingiu o seu ponto mais baixo em 2019, quando a taxa de crescimento foi negativa, de -1,2%. Neste período, a economia sofreu os impactos do ciclone Idai, em 2017, seguido pelos ciclones Kenneth e Dineo, em 2019. Em 2020, a pandemia da Covid-19 comprometeu a recuperação económica. Desde então, a economia tem gradualmente recuperado as suas taxas de crescimento.

4 World Bank (2023), *Poverty Reduction Setback in Times of Compounding Shocks Mozambique*. Disponível em <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099091123142528718/pdf/P17686006100df030b5b807d052b0ff880.pdf>. Consultado aos 09.11.2024

A continuidade dos protestos induzidos pela contestação dos resultados eleitorais, poderá comprometer essa recuperação, levando a uma revisão em baixa.

Gráfico 1: Taxa de crescimento económico e PIB per capita.



Fonte: *Taxa de crescimento - Anuários Estatístico do INE, 2010-2022; CGE, 2023 e *PESOE 2024.

**PIB per capita – World Bank.

Em relação à evolução do PIB per capita, embora os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelem que o país esteja a registar uma tendência positiva, o país continua entre os países com o menor PIB per capita na região da África Austral, registando US\$531, apenas atrás do Malawi, com US\$481 (gráfico 1 a direita)⁵. Apesar desse crescimento, a avaliação de pobreza de 2019/20, que indica o agravamento das condições de pobreza no último quinquénio, com cerca de 62,8% da população vivendo abaixo da linha de pobreza, comparado aos 48,4% registados em 2014/15, demonstra que parte significativa da população não se beneficia do crescimento económico. Portanto, é um crescimento não inclusivo, gerador de desigualdade social e de pobreza.

Assim, os recentes protestos podem ser interpretados, não apenas como uma reacção aos resultados eleitorais, mas também como uma manifestação de frustração acumulada pela falta de progresso económico, deterioração da qualidade de vida, falta de confiança nas instituições governamentais, além de uma percepção crescente de má administração ou desvio de recursos nacionais. Caso os protestos e a instabilidade persistam, é provável que as projecções de crescimento económico para o próximo ano, 2025, sejam revistas em baixa, impactando directamente a avaliação de risco de crédito soberano do país.

3.3 Avaliação Fiscal

A flexibilidade fiscal diz respeito à capacidade do governo de ajustar as suas receitas e despesas para cumprir obrigações financeiras e reagir a emergências económicas.

A actual crise pós-eleitoral afecta directamente a economia do país, especialmente sectores como transporte, comércio e turismo, que contribuem com 12%, 10% e 2% do PIB, respectivamente⁶. Além da interrupção de actividades económicas essenciais, essa situação compromete a arrecadação fiscal, já pressionada, o que pode agravar o déficit orçamentário.

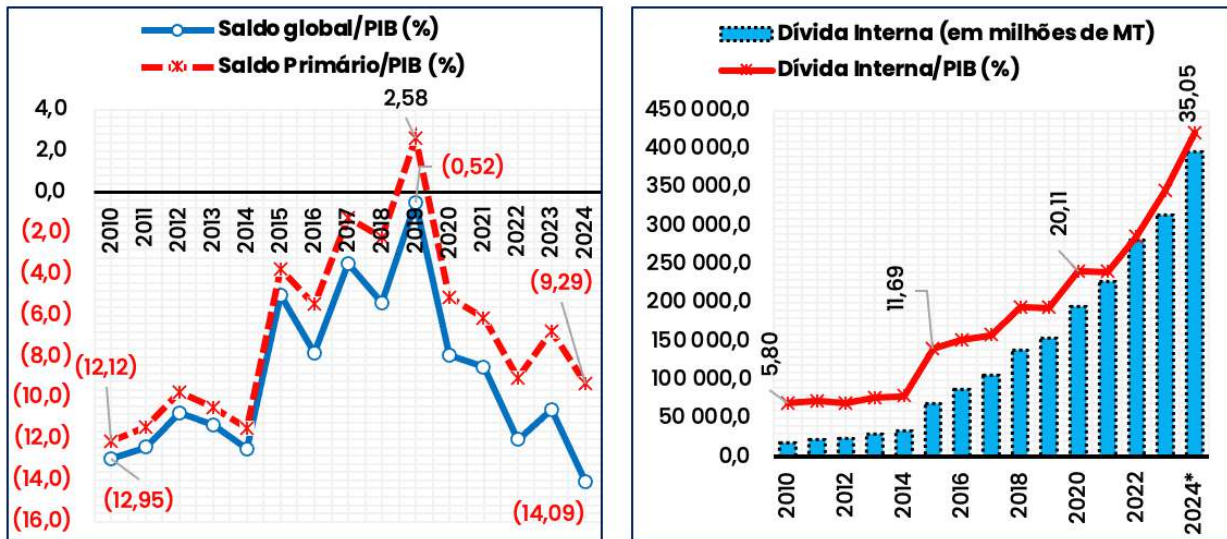
O gráfico 2, à esquerda, apresenta a evolução do saldo orçamentário entre 2010 e 2024, destacando uma tendência de déficits crescentes, especialmente nos anos mais recentes. Esse cenário reflecte a incapacidade de consolidar as contas fiscais, evidenciada pelo expressivo aumento das despesas públicas, especialmente com pessoal e com o serviço da dívida pública, que até ao final do terceiro trimestre de 2024 consumiram mais de 76,2% das receitas tributárias⁷. Além disso, a dificuldade de mobilizar receitas fiscais agrava ainda mais essa situação. Assim, caso a crise se prolongue, essa trajectória de déficits poderá agravar-se, impulsionada pela necessidade crescente de elevação das despesas com a segurança pública, reconstrução de infra-estruturas destruídas e com programas de apoio social.

5 <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD>. Consultado aos 12.11.2024

6 Vide PESOE 2024.

7 BdPESOE III Trimestre 2024.

Gráfico 2: Evolução do saldo orçamental e dívida interna, 2020-2024.



Fonte: CGE 2010-2023; BdPESOE III Trimestre 2024.

O aumento do défice orçamental poderá ser compensado pelo aumento do endividamento. O gráfico 2, à direita, mostra a evolução da dívida interna de 2010 a 2024, destacando uma trajetória de crescimento contínuo, impulsionada pela necessidade de cobrir déficits crescentes. Esse aumento na dívida interna também reflecte as dificuldades em obter créditos externos, levando o governo a recorrer ao endividamento interno para suprir o défice orçamental.

Portanto, em um cenário marcado pela dificuldade de mobilização de receitas fiscais e pelo limitado espaço para atracção de crédito externo, o crescimento insustentável da dívida pública interna pode, em última análise, restringir significativamente a margem de manobra fiscal. Além disso, essa situação tende a ser avaliada negativamente pelas agências de rating, dado que a capacidade do governo de honrar com os seus compromissos financeiros, especialmente com credores, será enfraquecida e isso pode comprometer a confiança dos investidores e dificultar a manutenção da estabilidade económica, particularmente em períodos de crise.

4. Conclusão e Recomendações

A crise pós-eleitoral em Moçambique, causada pela gigantesca fraude eleitoral provocada pela gestão danosa do processo eleitoral por parte da Comissão Nacional de Eleições e do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, está a causar uma enorme onda de contestação, intensificada por protestos populares. Esta situação pode gerar impactos profundos na economia em geral e nas finanças públicas em particular, conduzindo a uma degradação de rating de crédito soberano do país.

A escalada de vandalismo contra bens e serviços públicos e privados, juntamente com respostas frequentemente violentas das forças de segurança, contribui para um ambiente de insegurança e instabilidade. Esse cenário reduz a confiança dos investidores, prejudica as actividades comerciais e turísticas e afecta negativamente o crescimento económico e a arrecadação de receitas fiscais. Além disso, a situação poderá exigir gastos públicos adicionais com a segurança, reparação de infra-estruturas danificadas e assistência a famílias vulneráveis, pressionando ainda mais as contas fiscais. Esta pressão pode conduzir a um défice crónico e, num cenário de limitado espaço para endividamento externo, conduzir a um crescimento insustentável da dívida pública interna.

A redução do espaço fiscal, induzida pela situação actual, poderá levar à revisão em baixa do rating do país, uma vez que isso pode ser interpretado como aumento da probabilidade ou possibilidade do governo não cumprir integralmente com o serviço de dívida pública.

A actual instabilidade política, económica e social também intensifica a desigualdade e a pobreza, além de fomentar uma crescente insegurança e desconfiança nas instituições públicas. A crise reflecte, portanto, uma problemática multifacetada que vai para além do contexto eleitoral e expõe problemas estruturais na economia e nas instituições do país. Superar esses desafios requer um compromisso firme com reformas políticas e económicas, uma gestão pública mais transparente e um foco direccionado à redução da pobreza, com o objectivo de restaurar a confiança tanto da população quanto da comunidade internacional.

5. Recomendações

- 1. Promoção do Diálogo e da Estabilidade Política:** Para conter a crise, é essencial que o governo de Moçambique seja responsável e demonstre vontade política para abrir canais de diálogo com os partidos da oposição, confissões religiosas, académicos, sector privado, representantes da sociedade civil e a sociedade no geral. Deve estabelecer um compromisso de mediação sobre as questões eleitorais que pode ajudar a reduzir a violência e gradualmente restaurar a ordem pública. A estabilidade política e a diminuição das tensões sociais são cruciais para reverter a deterioração da confiança dos investidores. Volvidos mais de 30 anos desde a instalação da democracia, Moçambique não se pode permitir ter ciclos contínuos de instabilidade pós-eleitoral, devido às recorrentes fraudes no processo de gestão eleitoral. Isso descredibiliza o país, ao nível regional e internacional e, acima de tudo, instala um clima de desconfiança dos moçambicanos nas instituições nacionais. Se um local não confia nas suas instituições, muito dificilmente um investidor estrangeiro o fará.
- 2. Fortalecimento da Segurança Pública com Respeito aos Direitos Humanos:** Recomenda-se uma reforma nas abordagens das forças de segurança para evitar respostas violentas e desproporcionais contra os manifestantes, priorizando métodos de contenção não violentos. Uma actuação transparente e respeitosa das forças de segurança pode ajudar a reduzir o vandalismo e restaurar a ordem pública, melhorando a imagem do país perante a comunidade internacional e minimizando os impactos negativos no rating de crédito.
- 3. Protecção de Infra-estruturas e Serviços Essenciais:** O Governo deve focar-se na protecção de bens e serviços públicos e privados estratégicos, visando minimizar danos e interrupções que prejudiquem o funcionamento da economia. A implementação de medidas de protecção para infra-estruturas críticas e serviços essenciais pode ajudar a manter alguma estabilidade no ambiente de negócios, essencial para a arrecadação fiscal e a atracção de investimentos directos.
- 4. Estratégia de Recuperação Económica e Apoio aos Sectores Afectados:** É recomendável desenvolver um plano de recuperação económica que priorize os sectores mais afectados, como comércio e turismo, com incentivos temporários, como subsídios e reduções fiscais, para negócios prejudicados pela crise. Essa estratégia ajudaria a restaurar a actividade económica a curto prazo, demonstrando resiliência e uma resposta coordenada por parte do Governo, o que também seria positivo para as agências de rating.
- 5. Gestão Fiscal Prudente e Apoio Internacional:** Dada a pressão sobre o orçamento, é essencial adoptar uma gestão fiscal prudente. Negociar com organismos financeiros internacionais para apoio financeiro e técnico pode ajudar a estabilizar o orçamento, especialmente em áreas prioritárias, como a recuperação de infra-estruturas danificadas e a manutenção de serviços essenciais. Manter diálogo com as agências de rating, evidenciando a adopção de medidas concretas para mitigar a crise, pode contribuir para evitar uma degradação ainda maior do rating de crédito.
- 6. Apoio às Famílias e Estímulo ao Emprego:** Para reduzir o impacto social da crise é crucial implementar programas de assistência financeira para as famílias vulneráveis e promover iniciativas de geração de empregos formais. Essas medidas podem mitigar os efeitos negativos da crise sobre a pobreza e a desigualdade, fortalecendo a base económica e social do país.

Ao implementar essas recomendações, Moçambique poderá aliviar parte dos impactos negativos da crise sobre o rating de crédito soberano e promover uma recuperação mais estável, restaurando a confiança interna e externa e garantindo um futuro económico mais sustentável e inclusivo.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norway



Suécia

Sverige



Reino dos Países Baixos



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autores: Gift Essinalo e Teresa Boene

Revisão de pares: Edson Cortez, Rui Mate

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique